

Diz-se que durante muito tempo teríamos suportado, e suportaríamos ainda hoje, um regime vitoriano. A imperial beata falsa figuraria no brasão da nossa sexualidade, refreada, muda, hipócrita.

Ao que se diz, ainda no início do século XVII era corrente uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras diziam-se sem reticências excessivas e as coisas sem demasiado disfarce; havia com o ilícito uma familiaridade tolerante. Os códigos do grosseiro, do obsceno, do indecente, eram bem frouxos, comparados com os do século XIX. Gestos directos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças atrevidas vagabundeando sem embaraço nem escândalo no meio dos risos dos adultos: os corpos ostentavam-se.

A esta plena luz ter-se-ia seguido um rápido crepúsculo até às noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é então cuidadosamente aferrolhada. Transfere-se. A família conjugal confisca-a e absorve-a inteiramente na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, faz-se silêncio. O casal, legítimo e procriador, é a lei. Impõe-se como modelo, faz

valer a norma, detém a verdade, conserva o direito de falar reservando para si o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada casa, há um só lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. O resto terá de esfumar-se; a conveniência das atitudes evita os corpos, a decência das palavras descora os discursos. E o estéril quando insiste e se mostra de mais, transforma-se em anormal: receberá o estatuto de anormal e terá de sofrer as respectivas sanções.

O que não está ordenado à geração ou transfigurado por ela não tem direito de cidade. Nem verbo, sequer. Ao mesmo tempo expulso, denegado e reduzido ao silêncio, não só não existe, como não deve existir, e far-se-á desaparecer à mínima manifestação — actos ou palavras. As crianças, por exemplo, é sabido que não têm sexo: razão para lho interdizer, razão para proibir que falem dele, razão para se fecharem os olhos e se taparem os ouvidos, quando acontecer elas alardearem-no, razão para se impor um silêncio geral e aplicado. Seria isto que caracterizaria a repressão e o que a distinguiria das interdições que a simples lei penal mantém: ela funciona efectivamente como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção de silêncio, como afirmação de inexistência e, por consequência, como verificação de que, de tudo aquilo nada há a dizer, nem a ver, nem a saber. Assim iria, na sua lógica coxa, a hipocrisia das nossas sociedades burguesas. Forçada, no entanto, a algumas concessões. Já que, na verdade, é preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, então que vão fazer barulho noutra lugar: onde se possa reinscrevê-las, se não nos circuitos da produção, pelo menos nos de lucro. A casa de passe e a casa de saúde serão esses lugares de tolerância: a prostituta, o cliente e o chulo, o psiquiatra e o seu hístico — «outros vitorianos», diria Stephen Marcus — parecem ter sub-repticiamente dado lugar ao prazer que não se diz na ordem das coisas que se contam; ali trocam-se claramente as palavras e os gestos, então autorizados em surdina. Só lá o sexo selvagem teria direito a formas de real, mas muito insularizadas, e a tipos de

discursos clandestinos, circunscritos, codificados. Para além disto, em toda a parte o puritanismo moderno teria imposto o seu triplo decreto de interdição, de inexistência e de mutismo.

Ter-nos-íamos nós libertado desses dois longos séculos em que a história da sexualidade se deveria ler sobretudo como crónica de uma repressão crescente? Muito pouco, dizem-nos ainda. Através de Freud, talvez. Mas com que cautelas, com que prudência médica, com que garantias científicas de inocuidade, e quantas precauções para manter tudo, sem risco de «extravasamento», no espaço mais seguro e mais discreto, entre divã e discurso: mais uma vez, um murmúrio útil em cima de uma cama. E poderia ser de outra maneira? Explicam-nos que, visto que a repressão foi efectivamente, desde a idade clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, não nos podemos libertar dela senão por um preço considerável: não seria preciso menos do que uma transgressão das leis, um levantamento das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia nos mecanismos do poder; porque o mais pequeno brilho de verdade está sob condição política. Não podemos, portanto, esperar tais efeitos de uma simples prática médica, nem de um discurso teórico, ainda que rigoroso. Assim se denunciam o conformismo de Freud, as funções de normalização da psicanálise, tanta timidez debaixo dos grandes entusiasmos de Reich, e todos os efeitos de integração garantidos pela «ciência» do sexo ou pelas práticas, mais ou menos suspeitas, da sexologia.

Este discurso sobre a moderna repressão do sexo resiste bem. Sem dúvida porque é fácil de defender. Uma grave caução histórica e política o protege; dando origem à idade da repressão no século XVII, depois das centenas de anos de ar livre e de livre expressão, levam-no a coincidir com o desenvolvimento do capitalismo: seria solidário da ordem burguesa. A pequena crónica do sexo e das suas restrições transpõe-se imediatamente para a solene história dos modos de produção; a sua futilidade desvanece-se. Por esse mesmo facto, desenha-se

um princípio de explicação: se o sexo é reprimido com tanto rigor, é porque é incompatível com uma aplicação ao trabalho geral e intensiva; como se poderia tolerar, numa época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, que esta fosse dispersar-se nos prazeres, salvo nos que, reduzidos ao mínimo, lhe permitissem reproduzir-se? O sexo e os seus efeitos não são talvez fáceis de decifrar; em compensação, assim res-situada, a sua repressão analisa-se facilmente. E a causa do sexo — a da sua liberdade, mas também a do conhecimento que dele se vai tendo e do direito que se tem de falar dele — acha-se com toda a legitimidade ligada à honra de uma causa política: também o sexo se inscreve no futuro. Um espírito desconfiado perguntaria talvez se tantas precauções para atribuir à história do sexo um apadrinhamento tão considerável não terãõ ainda a marca dos velhos pudores: como se fossem precisas tantas dessas correlações valorizadoras para que este discurso pudesse ser emitido ou recebido.

Mas há talvez outra razão que nos torna tão grato formular em termos de repressão as relações entre o sexo e o poder: aquilo a que poderíamos chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, quer dizer, votado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples facto de se falar dele, e de falar da sua repressão, tem como que um aspecto de transgressão deliberada. Quem assume essa linguagem coloca-se até certo ponto à margem do poder; empurra a lei; antecipa, mesmo que pouco, a liberdade futura. Daí esta solenidade com que hoje se fala do sexo. Os primeiros demógrafos e os psiquiatras do século XIX, quando tinham que o evocar, achavam que deviam pedir desculpa por reterem a atenção dos seus leitores em assuntos tão baixos e tão fúteis. Nós, de há dezenas de anos para cá, não falamos dele sem assumirmos uma certa afectação: consciência de desafiarmos a ordem estabelecida, tom de voz que mostra que nos sabemos subversivos, ardor em esconjurarmos o presente e invocarmos um futuro cuja chegada pensamos efectivamente estarmos contribuindo para abreviar. Algo da revolta, da liberdade prometida, da época

próxima de uma outra lei, se introduz facilmente neste discurso sobre a opressão exercida sobre o sexo. Aqui se encontram reactivadas algumas das velhas funções tradicionais da profecia. O bom sexo será amanhã. É porque se afirma esta repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou a amargura da história impede a maioria de nós de aproximar: a revolução e a felicidade; ou a revolução e um corpo outro, mais novo, mais belo; ou, ainda, a revolução e o prazer. Falar contra os poderes, dizer a verdade e prometer o gozo; ligar entre si a iluminação, a libertação e volúpias multiplicadas; pronunciar um discurso em que se juntam o ardor do saber, a vontade de mudar a lei e o esperado jardim das delícias — eis o que, sem dúvida, mantém em nós a obstinação em falar do sexo em termos de repressão; eis o que explica talvez, também, o valor comercial que se atribui não apenas a tudo o que dela se diz, mas ao simples facto de se dar ouvidos aos que querem destruir os seus efeitos. Nós somos, afinal, a única civilização em que há encarregados que recebem uma retribuição por escutarem as confidências que cada um faz acerca do seu sexo; como se a vontade de falar dele e o interesse que disso se espera tivessem ultrapassado largamente as possibilidades da escuta, alguns alugaram até os seus ouvidos.

Mas, mais do que esta incidência económica, parece-me essencial a existência na nossa época de um discurso em que o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um outro dia e a promessa de uma certa felicidade estão ligados entre si. Hoje é o sexo que serve de suporte a essa velha forma, tão familiar e tão importante no Ocidente, da pregação. Um grande sermão sexual — que teve os seus teólogos subtis e as suas vozes do povo — percorreu as nossas sociedades desde há algumas dezenas de anos; fustigou a ordem antiga, denunciou as hipocrisias, cantou os direitos do imediato e do real; fez sonhar com outra cidade. Faz-nos pensar nos Franciscanos. E perguntamos como é que foi possível que o lirismo e a religiosidade que durante tanto tempo acompanha-